

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO (SEAD)
INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ (IGEPREV)
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS EM CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR
CONCURSO PÚBLICO C-184
EDITAL Nº 01/SEAD-IGEPREV/PA, DE 24 DE MAIO DE 2018

1 0 1
TÉCNICO PREVIDENCIÁRIO A

Data e horário da prova:
Domingo, 22/7/2018, às 8 h.

Tipo “A”

I N S T R U Ç Õ E S

- Você receberá do fiscal:
 - um caderno de questões da prova objetiva e discursiva contendo 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas de resposta cada uma e apenas 1 (uma) alternativa correta, e 1 (uma) questão discursiva;
 - uma folha de respostas personalizada da prova objetiva; e
 - uma folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Quando autorizado pelo fiscal do IADES, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da folha de respostas da prova objetiva, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Se precisar seguir, siga!

- Verifique se estão corretas a numeração das questões, a paginação do caderno de questões e a codificação da folha de respostas da prova objetiva e da folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Você dispõe de 4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos para fazer a prova objetiva e discursiva e deve controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo. Esse tempo inclui a marcação da folha de respostas da prova objetiva e o preenchimento da folha de texto definitivo da prova discursiva.
- Somente 1 (uma) hora após o início da prova, você poderá entregar sua folha de respostas da prova objetiva, a folha de texto definitivo da prova discursiva e o caderno de provas e retirar-se da sala.
- Somente será permitido levar o caderno de questões da prova objetiva e discursiva 4 (quatro) horas após o início da prova.
- Após o término da prova, entregue ao fiscal do IADES a folha de texto definitivo da prova discursiva e a folha de respostas da prova objetiva devidamente assinada.
- Deixe sobre a carteira apenas o documento de identidade e a caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente.
- Não é permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico ou de comunicação.
- Não é permitida a consulta a livros, dicionários, apontamentos e (ou) apostilas.
- Você somente poderá sair e retornar à sala de aplicação de provas na companhia de um fiscal do IADES.
- Não será permitida a utilização de lápis em qualquer etapa da prova.

I N S T R U Ç Õ E S P A R A A P R O V A O B J E T I V A E D I S C U R S I V A

- Verifique se os seus dados estão corretos na folha de respostas da prova objetiva e na folha de texto definitivo da prova discursiva. Caso haja algum dado incorreto, comunique ao fiscal.
- Leia atentamente cada questão e assinale, na folha de respostas da prova objetiva, uma única alternativa.
- A folha de respostas da prova objetiva e a folha de texto definitivo da prova discursiva não podem ser dobradas, amassadas, rasuradas ou manchadas e nem podem conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- O candidato deverá transcrever, com caneta esferográfica de tinta preta, as respostas da prova objetiva para a folha de respostas e o texto definitivo da prova discursiva para a folha de texto definitivo.
- A maneira correta de assinalar a alternativa na folha de respostas da prova objetiva é cobrir, fortemente, com caneta esferográfica de tinta preta, o espaço a ela correspondente.
- Marque as respostas assim: ●

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Questões de 1 a 20

LÍNGUA PORTUGUESA

Questões de 1 a 6

Texto 1 para responder às questões de 1 a 4.

¹ A todos é necessária a previdência: aos novos e aos velhos; aos ricos e aos pobres; aos sãos e aos enfermos; aos felizes e aos desventurados.

⁴ É necessária aos novos, porque desejam chegar a velhos; aos ricos; porque ninguém sabe o que o destino lhe reserva; aos que têm saúde e felicidade; porque nesta vida ⁷ tudo está sujeito a mudança.

Os velhos, os pobres, os doentes e os infortunados, sem a previdência, ficarão à mercê das boas vontades alheias.

¹⁰ Diz o povo: Quem conta com a panela alheia

¹¹ arrisca-se a ficar sem ceia.

Disponível em: <<https://curiosidadesdeimprensaefins.wordpress.com/>>. Acesso em: 14 maio 2018.

QUESTÃO 1

Considerando a relação entre a estrutura do texto e as informações por ele veiculadas, assinale a alternativa correta.

- (A) O primeiro parágrafo, por introduzir uma dissertação argumentativa, revela ao leitor a ideia central: a opinião de que os velhos, os pobres, os enfermos e os desventurados, público-alvo do texto, são os indivíduos para os quais a previdência é mais necessária.
- (B) Como o interesse principal do autor é defender a ideia de que a previdência faz-se necessária na vida de todas as pessoas, ele, no segundo parágrafo, dedica-se à argumentação.
- (C) O terceiro parágrafo traz ao leitor uma informação acessória, isto é, que não contribui como reforço à ideia principal.
- (D) No último parágrafo, o autor recorre à sabedoria popular para concluir que as pessoas não estão dispostas a ajudar aquelas que se enquadram na categoria citada no parágrafo anterior.
- (E) Embora o autor manifeste a própria opinião acerca da necessidade da previdência, o texto é predominantemente descritivo, pois o propósito principal é registrar as características dos grupos de pessoas mencionados nos três primeiros parágrafos.

QUESTÃO 2

Acerca do emprego das classes de palavras no texto, assinale a alternativa correta.

- (A) Em todas as respectivas ocorrências no primeiro parágrafo, a conjunção “e” assume valor adversativo, pois foi utilizada para relacionar ideias opostas. Logo, poderia, sem comprometer o sentido original, ser substituída pela locução **no entanto**.
- (B) A relação de sentido ficaria comprometida, caso o autor substituísse, no início do segundo parágrafo, a construção “É necessária” (linha 4) pela redação **Ela é necessária**.

- (C) O pronome sublinhado no trecho “porque ninguém sabe o que o destino lhe reserva” (linhas 5 e 6) retoma o substantivo “destino”.
- (D) Na construção “Os velhos, os pobres, os doentes e os infortunados” (linha 8), as palavras sublinhadas, que são originalmente adjetivos, funcionam como substantivos, pois estão todas determinadas por um artigo.
- (E) O autor empregou a forma verbal “ficarão” (linha 9) com a intenção de se referir a uma situação futura, considerada por ele como pouco provável de ser vivenciada pelas pessoas sem previdência.

QUESTÃO 3

A respeito das relações sintáticas estabelecidas no texto, assinale a alternativa correta.

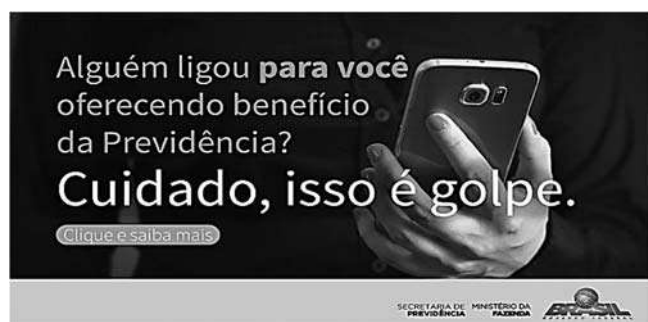
- (A) A função de cada um dos termos sublinhados no período “A todos é necessária a previdência” (linha 1) seria mantida, caso o autor resolvesse reescrever a construção original da seguinte maneira: **A previdência é necessária a todos**.
- (B) A locução verbal “desejam chegar” (linha 4) refere-se a um sujeito indeterminado.
- (C) A oração “porque nesta vida tudo está sujeito a mudança” (linhas 6 e 7) estabelece uma relação de finalidade com a anterior.
- (D) A construção “aos”, ao longo de todo o segundo parágrafo, introduz termos que funcionam como complementos verbais.
- (E) A substituição do quarto parágrafo pela redação **Diz o povo que quem conta com a panela alheia arrisca-se a ficar sem ceia**, comprometeria a relação original entre a forma verbal “Diz” e a oração iniciada pelo pronome “Quem”.

QUESTÃO 4

Com base na norma-padrão e considerando as questões linguísticas referentes ao texto, assinale a alternativa correta.

- (A) Caso o autor resolvesse excluir o artigo sublinhado na oração “A todos é necessária a previdência” (linha 1), o adjetivo “necessária” deveria permanecer na forma feminina e no singular.
- (B) Se o autor fosse solicitado a substituir os vocábulos sublinhados, no trecho “É necessária aos novos, porque desejam chegar a velhos” (linhas 4 e 5), pelas respectivas formas femininas, a nova redação deveria ser **É necessária às novas, porque desejam chegar à velhas**.
- (C) O emprego do sinal indicativo de crase continuaria a ser inviável caso o pronome alguma fosse anteposto ao substantivo “mudança” (linha 7).
- (D) A hipotética substituição do termo “Os velhos, os pobres, os doentes e os infortunados” (linha 8) pela construção **O grupo de velhos, pobres, doentes e infortunados** tornaria obrigatório manter o verbo da oração na terceira pessoa do plural.
- (E) No lugar da construção “sem a previdência” (linhas 8 e 9), o autor poderia, do ponto de vista da colocação pronominal, empregar corretamente a redação **que nunca precaveram-se**.

Texto 2 para responder à questão 5.



Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br>>. Acesso em: 14 maio 2018.

QUESTÃO 5

Assinale a alternativa que, em conformidade com as regras vigentes de acentuação gráfica, pontuação e ortografia, reproduz uma mensagem compatível com a do texto.

- (A) Alguém ligou atrás de você oferecendo benefício da Previdência? Tome cuidado. Por que? Por que isso é fralde.
- (B) Uma pessoa ligou para você oferecendo benefício da Previdência? Isso é falcatrua. Haja com cuidado.
- (C) Sempre que alguém ligar para você com oferta de benefício da Previdência, isso é golpe. Por tanto, tome cuidado.
- (D) Toda vêz que alguém ligar para você oferecendo benefício da Previdência, isso é fraude. Por isso, conseqüentemente, tome cuidado.
- (E) Alguém ligou para você oferecendo benefício da Previdência? Isso é fraude. Tome, pois, cuidado.

Texto 3 para responder à questão 6.

O que é Previdência Social?

¹ Podemos dizer que Previdência Social é o “seguro” do trabalhador brasileiro, pois lhe garante reposição de renda para seu sustento e de sua família, por ocasião de sua ⁴ inatividade, em casos de doença, acidente, gravidez, prisão, ⁵ morte e velhice.

Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br>>. Acesso em: 14 maio 2018.

QUESTÃO 6

Do ponto de vista da regência dos verbos e dos nomes empregados no texto, assinale a alternativa correta.

- (A) Na linha 1, a preposição de não poderia ser empregada corretamente entre os vocábulos “dizer” e “que”.
- (B) Outra redação correta para o trecho “Previdência Social é o ‘seguro’ do trabalhador brasileiro” (linhas 1 e 2) seria **Previdência Social diz respeito o “seguro” do trabalhador brasileiro.**
- (C) Na linha 2, seria incorreta a substituição do pronome “lhe” pela construção **a ele.**
- (D) No lugar da passagem “por ocasião de sua inatividade” (linhas 3 e 4), seria correto o emprego da redação **devido sua inatividade.**
- (E) O trecho “em casos de doença” (linha 4) poderia ser substituído corretamente pela construção **em casos aos quais ocorre doença.**

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Questões de 7 a 10

QUESTÃO 7

Um baralho possui 52 cartas, que incluem 4 ases. A chance de escolher, ao acaso, 2 ases do baralho é um valor

- (A) maior que 2%.
- (B) entre 1% e 2%.
- (C) entre 0,5% e 1%.
- (D) entre 0,25% e 0,5%.
- (E) menor que 0,25%.

QUESTÃO 8

Sabendo que “Se Helena não mente, então possui caráter”, assinale a alternativa que apresenta a interferência correta.

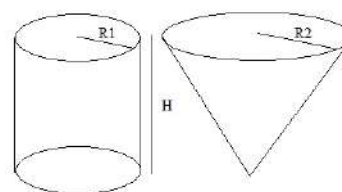
- (A) Se Helena não possui caráter, então mente.
- (B) Helena possui caráter.
- (C) Se Helena mente, então não possui caráter.
- (D) Se Helena possui caráter, então não mente.
- (E) Helena não mente.

QUESTÃO 9

Considere que 20 servidores realizam $\frac{1}{3}$ de um projeto em 4 dias, trabalhando 9 horas por dia. Quantos dias faltam para se terminar o projeto, se foram dispensados 2 servidores e a jornada diária passou para 8 horas?

- (A) 5
- (B) 8
- (C) 10
- (D) 12
- (E) 15

QUESTÃO 10



A figura apresenta um cilindro e um cone, de raios iguais a R_1 e R_2 , respectivamente, e com mesma altura H . Sabendo que $R_2 = 2 R_1$, infere-se que a razão entre o volume do cilindro e o do cone é

- (A) $\frac{1}{4}$.
- (B) $\frac{3}{4}$.
- (C) $\frac{1}{2}$.
- (D) $\frac{3}{2}$.
- (E) 1.

QUESTÃO 11

A Lei Complementar nº 39/2002, que instituiu o Regime de Previdência dos Militares e Servidores do Estado do Pará, trata, entre outras disposições, dos benefícios aos segurados desse regime. Acerca do exposto, assinale a alternativa correta.

- (A) A doença ou lesão de que o segurado já era portador ao se inscrever no Regime de Previdência Estadual não lhe conferirá direito à aposentadoria por invalidez.
- (B) As condições de transferência do militar para a inatividade e os requisitos para aposentadoria do servidor civil estão dispostos na referida Lei Complementar, sendo as respectivas espécies por invalidez permanente, compulsória por idade, voluntária por implemento de idade e voluntária por tempo de contribuição e por idade.
- (C) A pensão por ausência será concedida exclusivamente a partir da sentença transitada em julgado que reconhecer o estado em caso de ausência ou de morte presumida, retroagindo os respectivos efeitos a partir da data do evento.
- (D) Sendo requeridos os benefícios de pensões até 180 dias da data de falecimento do segurado, os efeitos destas se darão desde a data de apresentação daquela solicitação.
- (E) Para efeito de concessão de aposentadoria, reforma e reserva remunerada, constitui-se em incumbência do militar ou do servidor a instrução completa do processo de inativação, inclusive com juntada de certidão que comprove a legalidade das promoções e vantagens concedidas.

QUESTÃO 12

Com relação à estrutura organizacional do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (Igeprev), conforme disposto na Lei Estadual nº 6.564/2003, com as alterações e inclusões promovidas pela Lei nº 8.613/2018, assinale a alternativa correta.

- (A) O Conselho Fiscal é composto de nove membros efetivos, com igual número de suplentes, com representantes do Poder Público e dos segurados, sendo exigido dos respectivos ocupantes diplomação em curso superior e pós-graduação em assuntos de natureza contábil e econômico-financeira, para mandato de um ano, podendo haver recondução por igual período.
- (B) A Procuradoria Jurídica compete, mediante observância às previsões contidas na referida lei, representar o Igeprev judicial e extrajudicialmente, exercendo a advocacia consultiva e de assessoramento jurídico do instituto, e, ainda, ao procurador chefe é atribuída a competência para compor a Diretoria Executiva.
- (C) Os núcleos regionais serão instalados, além de em Belém, nos municípios de Santarém, Marabá e Castanhal.
- (D) A Diretoria de Administração e Finanças, diretamente subordinada ao presidente do Igeprev, compete planejar, elaborar, coordenar, acompanhar e avaliar o planejamento e orçamento anual do Igeprev, observando as diretrizes estabelecidas nos programas, nos planos e nas ações do governo do estado e no Planejamento Plurianual.

- (E) O patrimônio do Igeprev será aplicado integralmente com vista à consecução dos objetivos sociais desse instituto, revertendo, em caso de extinção, à entidade de fins não econômicos designada no Regimento Interno, ou, omissis este, por deliberação dos associados, à instituição municipal, estadual ou federal de fins idênticos ou semelhantes.

QUESTÃO 13

O Regulamento Geral do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Pará prevê, entre outros procedimentos, os necessários para atuação como procurador da parte interessada mediante instrumento de mandato nos processos em trâmite no Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará (Igeprev). A respeito desses procedimentos, assinale a alternativa correta.

- (A) A procuração deverá ser, necessariamente, expressa, pública e escrita.
- (B) No caso de interessados com mais de 65 anos de idade, o mandato deve ser acompanhado de atestado de vida e de residência, emitido perante órgão ou entidade que possua fé pública, no intuito de resguardar interesse da sociedade e do próprio interessado.
- (C) Os atos praticados por quem não tenha mandato, ou o tenha sem poderes suficientes, são ineficazes e não poderão ser ratificados em relação àquele em cujo nome foram praticados.
- (D) O advogado, afirmando urgência, pode atuar sem procuração, obrigando-se a apresentá-la no prazo máximo de 10 dias, prorrogável por igual período.
- (E) A representação sindical em processo administrativo que trate de direito individual heterogêneo é vedada.

QUESTÃO 14

No Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Pará, objeto da Lei Estadual nº 5.810/1994, são previstos os direitos e deveres dos servidores mencionados. Com base no exposto, quanto às licenças, assinale a alternativa correta.

- (A) Após cada quinquênio ininterrupto de exercício, o servidor fará jus à licença de 60 dias, sem prejuízo da remuneração e de outras vantagens.
- (B) Somente poderão ser licenciados os servidores eleitos para cargos de direção ou representação em entidades classistas, até o máximo de dois por entidade devidamente constituída.
- (C) Ao servidor será concedida licença-paternidade de 10 dias consecutivos, mediante a apresentação do registro civil, retroagindo esta à data do nascimento.
- (D) A critério da administração, poderá ser concedida ao servidor estável licença para o trato de assuntos particulares, pelo prazo de até três anos consecutivos, sem remuneração.
- (E) Para licença de até 30 dias, a inspeção será feita por médico do setor de assistência do órgão de pessoal e, se por prazo superior, por junta médica oficial.

QUESTÃO 15

Assinale a alternativa que indica um efeito da economia global sobre os padrões éticos e morais nas organizações.

- (A) Um maior afastamento das organizações nas comunidades é observado.
- (B) Maior propensão ao voluntariado e à filantropia é constatado.
- (C) As diferenças culturais apresentam menor relevância.
- (D) Os princípios de responsabilidade social perdem importância.
- (E) Os valores éticos morais estão se tornando cada vez mais homogêneos e rigorosos.

QUESTÃO 16

As condições que interferem na qualidade do atendimento ao público são

- (A) espirituais, materiais, vocais e organizacionais.
- (B) físicas, materiais, instrumentais e organizacionais.
- (C) materiais, vocais, organizacionais e de humor.
- (D) físicas, abstratas, instrumentais e organizacionais.
- (E) físicas, abstratas, instrumentais e operacionais.

QUESTÃO 17

Quanto à definição de grupo de trabalho, é correto afirmar que

- (A) partilham recursos e coordenam esforços para auxílio dos próprios membros na execução de funções individuais.
- (B) partilham recursos, coordenam esforços e juntam conhecimentos, aptidões e capacidade para atingir as metas individuais.
- (C) se limitam a coordenar esforços para auxílio dos respectivos membros na execução de funções individuais.
- (D) partilham recursos, coordenam esforços e juntam conhecimentos, aptidões e capacidade para atingir uma meta comum.
- (E) geram sinergia fazendo com que o desempenho do grupo como um todo seja correspondente à soma dos desempenhos individuais.

Área livre

QUESTÃO 18

Uma das práticas usuais para identificação das forças motrizes que influenciarão determinado cenário é o princípio de Pareto. Assinale a alternativa que apresenta a definição desse princípio.

- (A) As ameaças externas devem ser monitoradas.
- (B) O ser humano deve ser o centro das atenções.
- (C) As variáveis disruptivas são mais importantes que as pré-deterministas.
- (D) As competências internas devem ser exploradas.
- (E) Um pequeno número de causas é responsável pela maioria dos problemas.

QUESTÃO 19

Assinale a alternativa que indica o propósito dos símbolos de mapeamento de processo.

- (A) Representar a medição do trabalho em processo.
- (B) Ajudar a evitar faltas de estoques.
- (C) Estabelecer os limites de controle.
- (D) Classificar os diferentes tipos de atividades.
- (E) Identificar causas raízes de problemas.

QUESTÃO 20

Considerando os erros e vieses presentes no processo de tomada de decisões, assinale a alternativa que corresponde à definição de viés de ancoragem.

- (A) Equivale à limitação da mente humana para formular e solucionar problemas complexos.
- (B) Trata-se de um processo inconsciente gerado pelas expectativas vividas.
- (C) É a tendência de fixação em uma informação como ponto de partida.
- (D) Consiste na tendência de realizar julgamentos com base nas informações mais disponíveis.
- (E) Representa a tendência de achar que se sabia antecipadamente o resultado de um evento após a ocorrência desse resultado.

Área livre

QUESTÃO 21

Em relação à organização do Estado, assinale a alternativa correta.

- (A) Aos estados compete explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, permitida a edição de medida provisória para a respectiva regulamentação.
- (B) Os estados poderão, mediante ato normativo do chefe do Poder Executivo, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.
- (C) O número de deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao mesmo número da representação do estado na Câmara dos Deputados.
- (D) Tratando-se de legislação concorrente, a superveniência de lei federal acerca de normas gerais torna inválida a lei estadual, no que lhe for contrário.
- (E) No âmbito da competência legislativa concorrente, cabe à União editar normas gerais, de sorte que isso não exclui a competência suplementar dos estados. Assim, inexistindo lei federal acerca de normas gerais, os estados exercerão a competência legislativa plena, para atender às respectivas peculiaridades.

QUESTÃO 22

A respeito dos direitos fundamentais, assinale a alternativa correta.

- (A) Ao Poder Judiciário cabe aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia, ante a inafastabilidade da jurisdição.
- (B) O direito à saúde, além de qualificar-se como direito fundamental que assiste a todas as pessoas, representa consequência constitucional indissociável do direito à vida.
- (C) Os direitos e as garantias individuais têm caráter absoluto.
- (D) Enquanto os direitos de segunda geração (direitos civis e políticos), que compreendem as liberdades clássicas, negativas ou formais, realçam o princípio da liberdade, os direitos de primeira geração (direitos econômicos, sociais e culturais), que se identificam com as liberdades positivas, reais ou concretas, acentuam o princípio da igualdade.
- (E) O estabelecimento de remuneração inferior ao salário mínimo para as praças prestadoras de serviço militar inicial é inconstitucional.

QUESTÃO 23

Quanto ao mandado de segurança, assinale a alternativa correta.

- (A) A lei que fixa prazo de decadência para impetração de mandado de segurança é inconstitucional.
- (B) A entidade de classe não tem legitimação para o mandado de segurança quando a pretensão veiculada interessa apenas a uma parte da respectiva categoria.

- (C) Um pedido de reconsideração na via administrativa interrompe o prazo para o mandado de segurança.
- (D) Ao impetrante é lícito desistir da ação de mandado de segurança, independentemente de aquiescência da autoridade apontada como coatora ou da entidade estatal interessada.
- (E) O mandado de segurança pode fazer as vezes de ação de cobrança, a fim de satisfazer créditos do impetrante.

QUESTÃO 24

Acerca do mandado de injunção, assinale a alternativa correta.

- (A) O mandado de injunção coletivo não induz litispendência em relação aos individuais, mas os efeitos da coisa julgada não beneficiarão o impetrante que não requerer a desistência da demanda individual no prazo de 30 dias a contar da ciência comprovada da impetração coletiva.
- (B) A decisão proferida em sede de mandado de injunção terá apenas eficácia subjetiva limitada às partes (*inter partes*), produzindo efeitos até o advento da norma regulamentadora.
- (C) O indeferimento do pedido por insuficiência de prova impede a renovação da impetração de mandado de injunção fundada em outros elementos probatórios.
- (D) O mandado de injunção coletivo poderá ser promovido por qualquer cidadão.
- (E) O mandado de injunção só terá lugar quando se tratar de falta total de norma regulamentadora, que torne inviável o exercício dos direitos e das liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania.

QUESTÃO 25

De acordo com a Lei Estadual nº 5.810/1994, assinale a alternativa correta.

- (A) A nomeação de servidor público dar-se-á apenas em caráter efetivo.
- (B) Ao servidor é permitido cometer atribuições e responsabilidades diversas das inerentes ao cargo, inclusive a participação assentida em órgão colegiado e em comissões legais.
- (C) O ato de provimento conterà, necessariamente, (a) a modalidade de provimento e o nome completo do interessado; (b) a denominação de cargo e a forma de nomeação; e, (c) o fundamento legal do referido ato administrativo, sob pena de nulidade e responsabilidade de quem der a posse ao agente público.
- (D) A instrumentação e execução dos concursos serão centralizadas na Secretaria de Estado de Administração, no âmbito do Poder Executivo e dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e dos Tribunais de Contas.
- (E) A aprovação em concurso público implica o direito à nomeação, respeitada a ordem de classificação dos candidatos habilitados, de sorte que, se ocorrer empate de candidatos não pertencentes ao serviço público do estado, decidir-se-á em favor do mais jovem.

QUESTÃO 26

Em conformidade com a Lei Estadual nº 5.810/1994 e com os conceitos doutrinários a respeito do agente público, o conjunto de cargos da mesma natureza de trabalho denomina-se

- (A) servidor público.
- (B) cargo público.
- (C) grupo ocupacional.
- (D) lotação.
- (E) categoria funcional.

QUESTÃO 27

Consiste na entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção e funcionamento custeado por recursos do poder público e de outras fontes.

O conceito apresentado refere-se

- (A) a autarquia.
- (B) à União.
- (C) a fundação.
- (D) a empresa pública.
- (E) a município.

QUESTÃO 28

Com relação à organização administrativa, especialmente no que se refere à Lei nº 13.303/2016, que trata do Estatuto Jurídico das Estatais, assinale a alternativa correta.

- (A) A constituição de empresa pública ou de sociedade de economia mista dependerá de prévia autorização legal que indique, de forma clara, relevante interesse coletivo ou imperativo de segurança nacional, nos termos da Constituição da República de 1988.
- (B) Essa lei excepciona a respectiva aplicação às estatais que participem de consórcios, na condição de operadoras do referido ajuste.
- (C) Não se submete ao regime previsto nessa lei a sociedade, inclusive a de propósito específico, que seja controlada por empresa pública ou por sociedade de economia mista.
- (D) Essa lei aplica-se apenas às estatais da União.
- (E) Em regra, não depende de autorização legislativa a criação de subsidiárias de empresa pública e de sociedade de economia mista, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada, cujo objeto social deve estar relacionado ao da investidora, inclusive as operações de tesouraria, adjudicação de ações em garantia e participações autorizadas pelo Conselho de Administração em linha com o plano de negócios da empresa pública, da sociedade de economia mista e das respectivas subsidiárias.

QUESTÃO 29

[...] a capacidade de fato é a aptidão da pessoa para exercer por si mesma os atos da vida civil. Essa aptidão requer certas qualidades, sem as quais a pessoa não terá plena capacidade de fato. Essa incapacidade poderá ser absoluta ou relativa. A incapacidade absoluta tolhe completamente a pessoa que exerce por si os atos da vida civil [...].

VENOSA, Silvio de Salvo. *Direito civil*: parte geral. 13. ed. v. 1. São Paulo: Atlas, 2013.

Com base no exposto, é correto afirmar que, nos atuais termos do Código Civil, são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil

- (A) os menores de 16 anos de idade; os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos; e os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir a própria vontade.
- (B) os menores de 16 anos de idade.
- (C) aqueles que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos; e os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir a própria vontade.
- (D) os menores de 16 anos de idade; e os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos.
- (E) os ébrios habituais e os viciados em tóxico.

QUESTÃO 30

As fundações são conceituadas pela doutrina civilista como resultado da afetação de um patrimônio que recebe personalidade para realizar determinados fins, e são classificadas pelo ordenamento jurídico pátrio como pessoas jurídicas de direito privado. A esse respeito, assinale a alternativa correta.

- (A) A fundação somente poderá constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência.
- (B) O Ministério Público Federal velará pelas fundações.
- (C) Entre outros requisitos, para que se possa alterar o estatuto da fundação, é mister que a reforma seja deliberada por três quintos dos competentes para gerir e representar a fundação.
- (D) Quando insuficientes para constituir a fundação, os bens a ela destinados serão, se de outro modo não dispuser o instituidor, incorporados em outra fundação que se proponha a fim igual ou semelhante.
- (E) Para criar uma fundação, o respectivo instituidor fará, exclusivamente por escritura pública, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la.

Área livre

QUESTÃO 31

[...] é vício de consentimento dual, que exige para a sua caracterização a premência da pessoa em se salvar, ou a membro de sua família e, de outra banda, a ocorrência de obrigação excessivamente onerosa, aí incluída a imposição de serviços desnecessários, conscientemente fixada pela contraparte da relação negocial.

Acerca dos defeitos dos negócios jurídicos, o trecho apresentado, retirado da ementa do Recurso Especial 1.680.448/MG, de Relatoria da Ministra Nancy Andrighi, julgado em 22/8/2017, refere-se a

- (A) erro ou ignorância.
- (B) estado de perigo.
- (C) coação.
- (D) dolo.
- (E) fraude contra credores.

QUESTÃO 32

No ano de 2017, houve profundas e significativas mudanças no texto da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), popularmente denominadas reforma trabalhista. Entre as disposições contidas na referida reforma, há a previsão de que o vigor da norma dar-se-á depois de decorridos 120 dias da respectiva publicação oficial. Considerando essa alteração legislativa e com base na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa correta.

- (A) As alterações em texto de lei já em vigor, como no exemplo apresentado, não são consideradas lei nova.
- (B) A única forma possível para que lei posterior revogue a anterior é quando expressamente assim o declare.
- (C) A disposição que prevê que o vigor da norma dar-se-á depois de decorridos 120 dias da respectiva publicação oficial contraria regra trazida na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, que impõe que todas as leis começarão a vigorar, obrigatoriamente, em todo o País, 45 dias depois de oficialmente publicadas.
- (D) A lei revogada não se restaura por ter perdido a vigência, ainda que haja previsão legal para tanto.
- (E) Ninguém pode se escusar de cumprir as previsões legais trazidas pela reforma trabalhista alegando que não a conhece.

QUESTÃO 33

Conforme a Lei nº 10.741/2003, o Estatuto do Idoso assevera que é obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. Tendo como referência as garantias de prioridade, assinale a alternativa correta.

- (A) Entre os idosos, é assegurada prioridade especial aos maiores de 80 anos de idade, atendendo-se às necessidades destes sempre preferencialmente em relação aos demais idosos.
- (B) A garantia de prioridade compreende a priorização do atendimento asilar em detrimento do atendimento do idoso pela própria família.

- (C) A garantia de prioridade compreende o atendimento preferencial imediato e em grupos, junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população.
- (D) A garantia de prioridade compreende a prioridade no pagamento do imposto de renda.
- (E) A garantia de prioridade compreende a vedação ao estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo quanto aos aspectos biopsicossociais de envelhecimento.

QUESTÃO 34

Com base nas previsões legais do Estatuto do Portador de Câncer no estado do Pará, assinale a alternativa correta.

- (A) Para fins de aplicação do Estatuto do Portador de Câncer no estado do Pará, considera-se apoio especial qualquer elemento que facilite a autonomia pessoal ou possibilite o acesso e o uso de meio físico, visando à melhoria da funcionalidade e qualidade de vida da pessoa com câncer, como produtos, instrumentos, equipamentos ou tecnologia, inclusive os adaptados ou especialmente projetados, como órteses e próteses e bolsas coletoras para ostomizados, entre outros.
- (B) É dever apenas do estado e da família assegurar, com preferência, às pessoas portadoras de câncer a plena efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à habitação, à previdência social, à habilitação e à reabilitação e à convivência familiar e comunitária.
- (C) É facultado a todos comunicar à autoridade competente qualquer forma de ameaça ou violação dos direitos da pessoa com câncer.
- (D) São princípios fundamentais do Estatuto: o respeito à dignidade da pessoa humana e à autonomia individual, promovendo a melhoria das condições de assistência à saúde dos portadores de câncer; a não discriminação; a inclusão e participação plena e efetiva na sociedade, proporcionando melhor qualidade de vida às pessoas em tratamento e pós-tratamento; a igualdade de oportunidades, orientando as pessoas em tratamento quanto aos direitos e procedimentos cabíveis; a igualdade entre homens e mulheres; e a cordialidade, buscando estimular a autoestima da pessoa enferma.
- (E) Os direitos e as garantias, previstos no Estatuto do Portador de Câncer no estado do Pará, excluem os já estabelecidos em outras legislações.

Área livre

QUESTÃO 35

A Lei nº 13.136/2015 instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência). A respeito dos direitos fundamentais previstos no referido diploma legal, assinale a alternativa correta.

- (A) Quanto ao direito à vida, o consentimento prévio, livre e esclarecido da pessoa com deficiência é dispensável para a realização de tratamento, procedimento, hospitalização e pesquisa científica.
- (B) Quanto ao direito à habilitação e à reabilitação, o processo de habilitação e de reabilitação é um direito exclusivo às pessoas com mobilidade reduzida, não se aplicando às pessoas com deficiência.
- (C) Quanto ao direito à saúde, atenção especial é dada às pessoas com deficiência e, por tal razão, é permitido que as operadoras de planos e seguros privados de saúde garantam menos serviços e produtos que os oferecidos aos demais clientes; ademais, para que sejam prestados serviços iguais, podem ser cobrados valores diferenciados, em razão da condição dos pacientes.
- (D) Quanto ao direito à educação, este constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma que ela alcance o máximo desenvolvimento possível dos próprios talentos e das habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo as respectivas características, os interesses e as necessidades de aprendizagem. É dever exclusivo do Estado assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.
- (E) Quanto ao direito à moradia, nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, a pessoa com deficiência ou o respectivo responsável goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria. Do total das unidades, deverá ser observada a reserva de, no mínimo, 3% das unidades habitacionais para a pessoa com deficiência.

QUESTÃO 36

Suponha que Miriam é viúva e que tem dois filhos, Amanda e William, maiores de 18 anos de idade, plenamente capazes, com renda própria da qual tiram o respectivo sustento. Considerando essa situação, é correto afirmar que, caso Miriam faça um testamento,

- (A) poderá dispor da totalidade da herança, tendo em vista que os filhos são maiores de idade e possuem renda suficiente para o sustento, não havendo que se falar em mínimo obrigatório resguardado.
- (B) não poderá dispor do próprio patrimônio, pois, com a existência de herdeiros necessários, é defeso que seja feito testamento.
- (C) só poderá dispor de metade da herança, haja vista que existem herdeiros necessários.
- (D) só poderá dispor de 2/3 da herança, haja vista que existem herdeiros necessários.
- (E) só poderá dispor de 1/3 da herança, considerando que existem herdeiros necessários.

QUESTÃO 37

Considere hipoteticamente que Laura, servidora pública estadual, cujo ingresso no serviço público deu-se em 29/10/2002, no cargo de professora, submeteu-se, aos 47 anos de idade, a perícia médica e obteve indicação de aposentadoria por invalidez com proventos integrais, tendo última remuneração de R\$ 5.300,00 e sendo a média das contribuições apuradas na forma da Lei Federal nº 10.887/2004 equivalente a R\$ 5.220,00. Relativamente à aposentadoria de Laura, é correto afirmar que

- (A) será concedida no valor de R\$ 5.300,00 com direito a paridade.
- (B) será concedida no valor de R\$ 5.220,00, assegurando-lhe o reajustamento para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.
- (C) será concedida no valor de R\$ 5.300,00 sem direito a paridade.
- (D) será concedida no valor de R\$ 5.220,00 com direito a paridade.
- (E) será concedida no valor de R\$ 5.300,00, assegurando-lhe o reajustamento para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei.

QUESTÃO 38

Suponha que Pedro, divorciado, faleceu e deixou uma companheira (solteira) e uma filha de oito meses de idade. Pedro também tinha um filho do casamento anterior, de 19 anos de idade. Quanto ao rateio da pensão por morte, regulamentado pela Lei Complementar nº 39/ 2002, é correto afirmar que será devido

- (A) 50% à companheira, caso esta comprove união estável com o segurado falecido com duração de, no mínimo, dois anos; e 25% para cada filho.
- (B) 1/3 para a companheira, caso esta comprove união estável com o segurado falecido com duração de, no mínimo, dois anos; 1/3 para a filha; e 1/3 para o filho.
- (C) apenas aos filhos, na proporção de 50% para cada um.
- (D) 50% à companheira e 50% para a filha de oito meses de idade.
- (E) 100% para a filha de oito meses de idade.

QUESTÃO 39

Acerca das disposições relativas à emissão da Certidão de Tempo de Contribuição pelos Regimes Próprios de Previdência, assinale a alternativa correta.

- (A) Permite-se a inclusão de tempo fictício, desde que vertidas as contribuições previdenciárias respectivas ao período.
- (B) É vedada para ex-servidor não titular de cargo efetivo, em relação a período posterior a 16/12/1998.
- (C) Permite-se a conversão de tempo de serviço exercido sob condições especiais em tempo de contribuição comum.
- (D) É vedada inclusão de período anterior a 16/12/1998, sem que tenha havido a correspondente contribuição.
- (E) É permitida para servidor aposentado, relativa ao período já utilizado para fins de aposentadoria.

QUESTÃO 40

O regime de previdência complementar dos servidores públicos detentores de cargo efetivo, na forma estabelecida pela Emenda Constitucional nº 41/2003, poderá ser instituído, desde que obedecida a premissa de que isso se dará por intermédio de entidades

- (A) fechadas de previdência complementar, de natureza pública, que oferecerão aos respectivos contribuintes planos de benefícios somente na modalidade contribuição definida.
- (B) abertas de previdência complementar, de natureza privada, que oferecerão aos respectivos contribuintes planos de benefícios somente na modalidade benefício definido.
- (C) fechadas de previdência complementar, de natureza pública, que oferecerão aos respectivos contribuintes planos de benefícios na modalidade contribuição definida ou benefício definido.
- (D) fechadas de previdência complementar, de natureza pública ou privada, que oferecerão aos respectivos contribuintes planos de benefícios na modalidade contribuição definida.
- (E) abertas de previdência complementar, de natureza privada, que oferecerão aos respectivos contribuintes planos de benefícios na modalidade contribuição definida.

QUESTÃO 41

O princípio do equilíbrio financeiro-atuarial do Regime de Previdência Estadual do Pará, instituído pela Lei Complementar nº 39/2002, pode ser identificado por meio de uma diretriz elencada no respectivo artigo 2º. Essa diretriz refere-se à (ao)

- (A) vedação do pagamento de benefícios mediante convênios e consórcios.
- (B) caráter democrático da gestão administrativa, com participação de representantes do poder público estadual e dos respectivos segurados.
- (C) proibição de criar, majorar ou estender qualquer benefício ou serviço sem a correspondente fonte de custeio total.
- (D) pleno acesso dos segurados às informações relativas à gestão do regime e à participação de representantes dos servidores públicos e dos militares, ativos e inativos, nos colegiados e nas instâncias de decisão em que os respectivos interesses sejam objeto de discussão e deliberação.
- (E) identificação e à consolidação, em demonstrativos financeiros e orçamentários, de todas as despesas fixas e variáveis dos segurados e dependentes, dos demais encargos incidentes sobre proventos e pensões.

QUESTÃO 42

A contribuição dos segurados inativos e pensionistas, fixada na Lei Complementar nº 39/2002, é de 11%

- (A) da parcela dos proventos de aposentadoria e pensão que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, excluídos os inativos e pensionistas militares.
- (B) dos proventos de aposentadoria e pensão, excluídos os inativos e pensionistas militares.

- (C) dos proventos de aposentadoria e pensão, excluídos os inativos e pensionistas militares, cujos benefícios foram concedidos após 31/12/2003.
- (D) dos proventos de aposentadoria e pensão, aplicável a todos os servidores inativos e pensionistas vinculados ao Igeprev.
- (E) da parcela dos proventos de aposentadoria e pensão que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social, aplicável a todos os servidores inativos e pensionistas vinculados ao Igeprev.

QUESTÃO 43

A Constituição Federal de 1988 sofreu, ao longo dos últimos anos, inúmeras alterações no que diz respeito ao regramento da previdência dos servidores públicos. Quanto a esse assunto, é correto afirmar que a Emenda Constitucional nº

- (A) 47 retirou o princípio da paridade aos proventos de aposentadoria e pensão.
- (B) 41 instituiu o princípio do equilíbrio financeiro-atuarial aos Regimes Próprios de Previdência.
- (C) 20 instituiu a cobrança de contribuição previdenciária dos servidores inativos e pensionistas.
- (D) 70 alterou o limite de idade para a aposentadoria compulsória.
- (E) 41 alterou e disciplinou nova forma de cálculo das pensões por morte.

QUESTÃO 44

A contagem recíproca é o direito do segurado da previdência social de computar e somar os próprios tempos de contribuição exercidos sob a vinculação dos diversos regimes jurídicos previdenciários básicos. O exercício dessa contagem dependerá de emissão da Certidão de Tempo de Contribuição (CTC) para posterior compensação financeira entre o regime instituidor e o regime de origem. Com base no exposto, acerca do regime de ordem nessa relação, assinale a alternativa correta.

- (A) É responsável pela concessão e pelo pagamento de benefício de aposentadoria ou pensão dela decorrente a segurado ou servidor público ou aos respectivos dependentes.
- (B) Recebe os valores apurados na compensação financeira.
- (C) Nele o segurado ou servidor público esteve vinculado sem que dele receba aposentadoria ou tenha gerado pensão para seus dependentes.
- (D) É responsável por averbar a Certidão de Tempo de Contribuição do segurado ou servidor público.
- (E) Nele o segurado ou servidor público está com o vínculo ativo.

Área livre

QUESTÃO 45

Uma servidora, ocupante do cargo de recepcionista, ao completar 60 anos de idade, requereu benefício de aposentadoria junto ao regime próprio a que está vinculada. Ao ser atendida pela unidade gestora, foi informada que o próprio ingresso no serviço público, em cargo efetivo, tinha ocorrido em 7/6/1992, sendo parabenizada por sempre exercer o mesmo cargo, no mesmo departamento, sem qualquer falta, licença ou suspensão, por exatos 25 anos de tempo de contribuição, sem qualquer desconto. Na ocasião, a servidora apresentou o respectivo holerite, nele constando o salário base no valor de R\$ 1.150,00 e uma gratificação por tempo de serviço, que se incorpora para todos os fins, no valor de R\$ 350,00. Considerando que a referida servidora nasceu em 8/6/1957, que essa foi sua primeira e única atividade laborativa e que a média aritmética simples dos 80% maiores salários de contribuição representou o montante de R\$ 1.500,00, a aposentadoria da servidora será no valor de

- (A) R\$ 1.500,00, sem paridade.
- (B) R\$ 1.250,00, sem paridade.
- (C) R\$ 1.150,00, sem paridade.
- (D) R\$ 1.500,00, com paridade.
- (E) R\$ 1.250,00, com paridade.

QUESTÃO 46

Um servidor público, titular de cargo efetivo vinculado ao regime próprio de previdência social, ao completar todos os requisitos necessários para a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição, não tem a intenção de passar à inatividade. Logo, poderá requerer

- (A) o afastamento das próprias atividades, sem que haja qualquer desconto na respectiva remuneração até que ele decida se aposentar.
- (B) a alteração dos valores para o desconto do imposto de renda retido na fonte.
- (C) a cessação dos respectivos descontos previdenciários enquanto continuar no quadro de servidores ativos.
- (D) um abono no mesmo valor da própria contribuição previdenciária, que será pago enquanto continuar no quadro de servidores ativos.
- (E) mais uma licença prêmio, por ter completado os requisitos de aposentadoria.

QUESTÃO 47

O artigo 194 da Constituição Federal elenca, em sete incisos, os princípios constitucionais que regem o sistema de Seguridade Social. Os benefícios previdenciários, como prestação pecuniária que são, não podem sofrer modificações em aspecto monetário e nem em aspecto real, devendo a legislação estabelecer adequado critério de aferição do poder aquisitivo, de forma a recompor-se as perdas, mediante reajustamento periódico do valor da prestação previdenciária. Tal princípio é chamado

- (A) universalidade da cobertura e do atendimento.
- (B) garantia do benefício mínimo.
- (C) irredutibilidade do valor dos benefícios.
- (D) correção monetária dos salários de contribuição.
- (E) preservação do valor real dos benefícios.

QUESTÃO 48

A Lei nº 10.887/2004, que dispõe quanto à aplicação das disposições da Emenda Constitucional nº 41/2003, altera dispositivos das Leis nº 8.213/1991, nº 9.532/1997 e nº 9.717/1998 e dá outras providências, determina, no artigo 8º, que o custeio do regime de previdência de que trata o artigo 40 da Constituição Federal contará com contribuição da União, das respectivas autarquias e fundações em valor equivalente

- (A) à metade da contribuição do servidor inativo.
- (B) a um terço da contribuição do servidor ativo.
- (C) à contribuição do servidor ativo.
- (D) à contribuição do servidor inativo.
- (E) ao dobro da contribuição do servidor ativo.

QUESTÃO 49

A respeito das regras de paridade e integralidade, assinale a alternativa correta.

- (A) Terão os benefícios concedidos pela regra da paridade e da integralidade os segurados dos Regimes Próprios de Previdência Social que ingressaram no serviço público a partir de 31/12/2003.
- (B) Proventos integrais são aqueles que correspondem a 100% da base de cálculo.
- (C) Os servidores que se aposentaram antes da publicação da Emenda Constitucional nº 41/2003 não terão direito a proventos pelas regras da integralidade e paridade.
- (D) A regra da paridade garante que todas as vantagens pecuniárias concedidas aos servidores ativos, inclusive as gratificações de naturezas temporárias e *propter laborem* que já tiverem processado os resultados das primeiras avaliações de desempenho, serão estendidas aos servidores inativos.
- (E) A Emenda Constitucional nº 70/2012 determinou que os proventos da aposentadoria por invalidez serão sempre integrais.

Área livre

QUESTÃO 50

Um servidor foi ocupante de cargo efetivo de oficial administrativo, vinculado ao Regime Próprio de Previdência Social do município A, com ingresso em janeiro de 2016. Em 2017, esse mesmo servidor prestou concurso para o cargo efetivo de escriturário administrativo no município B, tendo assumido no mês de junho do mesmo ano e permanecendo até a presente data. Há de se observar que não ocorreu qualquer interrupção entre a exoneração no município A para a nova nomeação, no município B, ambos vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social. Na oportunidade, o servidor averbou, no município B, 34 anos de tempo de contribuição que possuía da iniciativa privada. Considerando que, em junho de 2018, o servidor completou 69 anos de idade e que a remuneração atual dele, com todas as verbas incorporáveis por lei, representa o montante de R\$ 3.500,00, assinale a alternativa que apresenta o benefício para o qual esse servidor implementará os requisitos primeiramente.

- (A) Aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição, sem paridade, dado que o ingresso no serviço público se deu após 31/12/2003.
- (B) Aposentadoria voluntária por idade, com paridade, dado que o ingresso no serviço público se deu após 31/12/2003.
- (C) Aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição, com paridade, dado que o servidor completou mais de 35 anos de tempo de contribuição.
- (D) Aposentadoria compulsória, aos 75 anos de idade, sem paridade.
- (E) Aposentadoria compulsória, aos 70 anos de idade, com paridade.

Área livre

PROVA DISCURSIVA

Orientações para a elaboração do texto da prova discursiva.

- A prova é composta por 1 (uma) questão discursiva.
- A prova deverá ser manuscrita, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta preta, fabricada com material transparente.
- A **folha de texto definitivo** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada nem conter, em outro local que não o apropriado, qualquer palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova.
- A detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição de texto definitivo acarretará anulação da prova do candidato.
- A **folha de texto definitivo** é o único documento válido para a avaliação da prova discursiva.
- O espaço para rascunho, contido no caderno de provas, é de preenchimento facultativo e não valerá para avaliação da prova discursiva.
- A resposta da questão deverá ter extensão mínima de 20 (vinte) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas.

QUESTÃO DISCURSIVA

Leia, com atenção, o texto a seguir.

Acumulação de benefícios

A acumulação de benefícios é a possibilidade de o cidadão que já possui um benefício ativo ter direito e requerer outro tipo de benefício.

Exemplo disso é a pessoa que já recebe pensão por morte e implementa as condições para ter direito a uma aposentadoria por tempo de contribuição ou por idade. Neste caso, os dois benefícios serão mantidos, sem problema algum.

Disponível em: <<https://www.inss.gov.br>>. Acesso em: 16 jun. 2018, com adaptações.

Considerando que o texto apresentado tem caráter meramente motivador, redija um texto dissertativo e (ou) argumentativo acerca do tema “acumulação de benefício”. Aborde necessariamente os seguintes tópicos:

- a) a natureza dos benefícios da aposentadoria e da pensão por morte, que permitem a acumulação;
- b) um argumento favorável e um argumento contrário à possibilidade de acumulação de pensão por morte e aposentadoria; e
- c) a natureza e as características de, pelo menos, dois dos benefícios que, salvo direito adquirido, não permitem recebimento conjunto, nos termos do artigo 124 da Lei nº 8.213/1991, que dispõe a respeito dos Planos de Benefícios da Previdência Social.

Área livre – folha de rascunho na página seguinte

RASCUNHO

1	
5	
10	
15	
20	
25	
30	